

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 1.514.742 - RS (2019/0147066-6)**

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
EMBARGANTE : ARACY SILVA DA SILVA
EMBARGANTE : EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO
EMBARGANTE : CRISTIANO CAJU FREITAS
ADVOGADOS : EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO - RS043065
CRISTIANO CAJU FREITAS E OUTRO(S) - RS043315
BRUNO FERRARI DE OLIVEIRA - RS109595
EMBARGADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
PROCURADOR : PAULO CESAR KLEIN E OUTRO(S) - RS036745

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão da Primeira Turma do STJ assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RPV COMPLEMENTAR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO REITERADA DA MESMA SÚMULA. AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES NÃO CONHECIDO.

1. A parte agravante deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles – Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Pela leitura das razões recursais, constata-se que a parte agravante não rebateu, como lhe competia, o fundamento da decisão ora agravada referente à aplicação da Súmula 182/STJ. Na verdade, comete o mesmo equívoco ocorrido quando da interposição do Agravo em Recurso Especial. Aplicação reiterada da mesma Súmula.

3. Agravo Interno dos Particulares não conhecido.

A parte embargante aponta divergência com arestos do STJ, pretendendo a prevalência da tese exposta no acórdão paradigma.

É o relatório.

Decide-se.

Considera-se, neste juízo preliminar, presentes os requisitos para conhecimento do recurso, sem prejuízo da possibilidade de posterior conclusão em sentido contrário, na cognição definitiva.

Assim, admitem-se os Embargos de Divergência, nos termos do art.

Superior Tribunal de Justiça

267 do RI/STJ.

Vista à parte embargada para, querendo, impugnar o recurso.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator